

IMPACTO DA FLEXIBILIZAÇÃO LABORAL E DA PRECARIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES.

Autor Principal: Dímitre Sampaio Moita.

Co-autoria: Guto Mariano Correia, Karlinne de Souza Oliveira.

Orientação: Cássio Adriano Braz de Aquino.

Instituição: Universidade Federal do Ceará.

Email: nutraufc@yahoogrupos.com.br

INTRODUÇÃO

São muitas as transformações observadas na realidade do trabalho, transformações que tem merecido muitos estudos e pesquisas, realizadas quase que concomitantemente ao aparecimento desses novos imperativos do trabalho. Mudanças nas estruturas organizacionais, nas formas de contratação, nos espaços e nos tempos de trabalho, na produção e, o que é alvo mais direto de nossa atenção, na forma como o trabalho influencia a construção subjetiva do trabalhador.

De um contexto de intervenção estatal sobre a economia, em que a prestação de serviços e a proteção aos trabalhadores ante situações de desamparo e risco eram consideradas deveres do Estado, passamos a uma realidade marcada pelo discurso da flexibilidade e da auto-regulação do mercado. É nesse contexto que se intensifica o questionamento sobre o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social, é questionada sua centralidade na construção da experiência subjetiva e sua capacidade de garantir a coesão social.

Nosso interesse é analisar os impactos das referidas transformações sobre as construções de subjetividades, estabelecendo um recorte a partir das categorias precarização e flexibilização laborais. Para tanto, tomamos como referencial os resultados colhidos na primeira fase da pesquisa “O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da Universidade Pública: o caso dos professores substitutos no Centro de Humanidades da UFC”, por nós realizada.

Adotamos o conceito de subjetividade como categoria de análise da dinâmica social, pressupondo a indissociabilidade entre individual e coletivo, processo através do qual os sujeitos experienciam um conjunto de regras sociais. Assim, seguimos acordes com Nardi (2006), afirmando que estudar a relação entre modos de subjetivação e trabalho implica analisar como os sujeitos vivenciam e dão sentidos às suas experiências, implica compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir.

FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Tal como afirma Castel (1995), o pós 2ª Guerra Mundial trouxe a proposta do compromisso do pleno emprego. Para tanto, os governos dos países centrais se responsabilizaram pela regulamentação da relação contratual empregado/empregador, através de regras e proteções que garantem a estabilidade desta relação. O pacto social não preconizava somente a intervenção estatal na relação de trabalho, perseguia uma nova ordem social, em que o crescimento econômico e a boa condição de vida viriam como conseqüências do pleno emprego. Nesse contexto, o vínculo empregatício garantia aos indivíduos o acesso aos direitos de cidadania. O trabalho torna-se fator responsável pela coesão social e ocupa lugar central na construção da experiência subjetiva dos trabalhadores. No Brasil, identificamos realidade distinta, com apenas um pequeno contingente de trabalhadores tendo acesso ao emprego formal e às garantias a ele vinculadas, grande parte da população ativa empregava seus esforços no mercado informal, ficando fora do guarda-chuva de proteção do Estado. No entanto, a despeito do pleno emprego nunca ter sido alcançado, ele foi, e continua ainda hoje, um ideal a ser atingido.

É a partir da crise do modelo de produção da sociedade salarial, na década de 1970, definitivamente instalada nos países de economia periférica, como o Brasil, principalmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que podemos observar o fenômeno da flexibilização. Essa é descrita como a capacidade de adaptação das empresas em relação às rápidas mudanças do mercado – o que muitas vezes se traduz em empresas com reduzido número de contratados fixos e que recorre à mão-de-obra de reserva nos períodos de maior demanda produtiva (GARRIDO, 2006).

Ressaltamos a conceituação de Garrido sobre a flexibilização, situando-a em quatro grupos distintos de processos que buscam atingir a almejada adaptação: a flexibilidade numérica, que preconiza a redução do quadro de empregados e a minimização dos custos com demissões; a flexibilidade temporal, com a inserção de novas modalidades de contrato (*part-time*, por exemplo) e horários atípicos, visando possibilitar modificações rápidas nas cargas horárias e nos turnos dos trabalhadores; a flexibilidade produtiva, através da externalização e terceirização da produção; e, por fim, a flexibilidade funcional, sustentada no ideal de trabalhador polivalente, qualidade que permite à empresa realizar a rotação dos trabalhadores nos postos de trabalho conforme suas necessidades.

A autora explicita o papel dos governos dentro deste processo:

La contratación temporal, que es una de las estrategias de flexibilidad más utilizadas por las empresas, ha sido fomentada por los gobiernos de mayor parte de los países occidentales, que han ido creando a lo largo de estos años un contexto normativo propicio para la introducción de esta forma de flexibilidad. (Garrido, 2006, p. 26/27).

O discurso a favor da flexibilização se estrutura em torno das vantagens do processo tanto para empresas como para trabalhadores. Aumento produtivo e da competitividade, redução de custos e otimização de recursos são vantagens enumeradas para o funcionamento das empresas. Ao tratar dos adventos para o trabalhador surgem fatores como possibilidade de maior autonomia, maior controle sobre a própria atividade e a possibilidade de conciliar o trabalho a outras esferas da vida. Apesar do discurso das vantagens, o que se percebe é uma associação cada vez mais presente entre

formas de flexibilidade e a precarização do trabalho (AQUINO, 2008; GARRIDO, 2006).

Os processos de flexibilização e precarização são, na verdade, complementares. Aquino (2008) expõe que a flexibilização técnica – substituição do modelo taylorista-fordista pelo toyotismo, marcado por uma produção automatizada e um consumo diferenciado – que se tornará flexibilização social, é a base da compreensão da precarização de que tratamos. É a partir da flexibilização e de seu contexto de surgimento que podemos compreender o fenômeno da precarização e diferenciá-lo da precariedade do trabalho. A precariedade laboral remete às condições de trabalho específicas a cada realidade organizacional. Por precarização entendemos a nova conformação assumida pelo trabalho após as transformações sofridas com a crise da sociedade salarial. No período anterior, a noção de emprego permitiu a difusão da idéia de centralidade do trabalho como forma de estruturação social. Com o advento dos novos princípios produtivos surgem novas formas de trabalhos assalariados díspares do formato de emprego formal – que se configuram em novas formas de exploração laboral. Quanto à natureza opressora da precarização, Aquino afirma: “A precarização, sob o nome de flexibilização, acaba por se constituir uma ‘resposta’ contemporânea do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores” (2008, p. 174). A privação de direitos é uma das principais características da classe trabalhadora contemporânea, cujo representante por excelência é o trabalhador precário – no entanto, não é o único, Antunes (1997) esclarece o processo contraditório que vive o universo do trabalho, a formação dentro da classe-que-vive-do-trabalho de uma minoria, superqualificada, que desfruta de maior segurança, e de uma maioria crescente de trabalhadores desqualificados relegados à periferia da força de trabalho.

DISCUSSÃO DOS IMPACTOS SOBRE AS CONSTRUÇÕES DE SUBJETIVIDADE

Investigar o impacto dessas transformações sobre os modos de subjetivação contemporâneos implica compreender o mais profundo aspecto de seus significados, tarefa precípua da Psicologia Social em sua aproximação do campo do trabalho. Tal tarefa nos orientou na realização da pesquisa “O fenômeno da precarização e da flexibilização laboral no âmbito da Universidade Pública: o caso dos professores substitutos no Centro de Humanidades da UFC”, empreendida nos anos de 2007-08.

O estudo foi realizado com uma amostra de nove professores substitutos do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará com pelo menos seis meses no exercício da função. Através de entrevistas semi-estruturadas levantamos dados acerca da percepção dos professores sobre sua situação laboral, a seguir, esses dados foram estudados a partir de um método qualitativo por meio da técnica da análise de discurso. Nas entrevistas os aspectos apontados com maior frequência referiam-se à:

baixa remuneração; à sobrecarga de trabalho; à ausência do registro formalizado da atividade na carteira de trabalho; ao contrato temporário; às distinções existentes entre professores substitutos e efetivos e à falta de acompanhamento organizacional oferecida pelo departamento aos professores recém-ingressos (Aquino, Kerr, Moura e Nobre, 2008).

características de uma atividade flexibilizada. Pudemos constatar que a percepção desses aspectos é influenciada pelo lugar ocupado por essas atividades na vida de cada um. Aqueles que possuem a docência como principal atividade e fonte de rendimentos

parecem sentir de maneira mais significativa os impactos deste tipo de relação. Os que atribuem caráter paralelo à docência percebem de forma mais amena.

Assim, são vários os reflexos dessas novas modalidades de trabalho sobre os modos de subjetivação. Dejours (1998), de uma perspectiva psicodinâmica, define quatro movimentos: intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo; inibição da mobilização coletiva contra o sofrimento; negação do sofrimento do outro e o silêncio em relação ao seu próprio; e, a exacerbação do individualismo.

Por outro lado, Nardi (2006) compreende que a precarização favorece sentimentos de incompetência do trabalhador: “O trabalho precário é uma imposição de sobrevivência. A maior parte dos trabalhadores se encontra nesta situação (trabalho precário) contra sua vontade” (p. 67). Tal processo não pode ser compreendido somente a partir da vivência do trabalho, há um discurso social que justifica a flexibilização, naturalizando as condições impostas pela precarização como parte da inevitável evolução da economia e que afirma a abundância do emprego, responsabilizando o desempregado por sua situação. Bilbao (1999) ratifica essa ideia. Em análise da realidade espanhola, ao investigar a percepção dos trabalhadores precários sobre sua experiência, expõe um discurso fatalista, com a auto-responsabilização dos sujeitos por suas situações de trabalho.

Nardi (2006) esclarece que um dos reflexos dessa vivência é “um aumento violento da insegurança em relação ao emprego” (2006, p. 65). O contrato temporário, forma de inserção dos professores substitutos, sem as garantias de estabilidade ou com a delimitação desta estabilidade/temporalidade significa, muitas vezes, relacionar-se constantemente com o risco da não renovação do vínculo. Bilbao descreve processo semelhante: “El tiempo sólo existe como inmediato presente. La falta de estabilidad em el empleo, impide cualquier proyecto a largo plazo” (1999, p. 63). Tal constatação revela-se um dado preocupante se considerarmos que um mínimo de segurança é necessário à construção de projetos de vida.

A condição dos professores substitutos é o corolário da experiência dos jovens, que se configuram, junto aos coletivos de mulheres, imigrantes e pessoas mais velhas, como grupos mais atingidos pelo processo de precarização. Bilbao (1999) descreve, ainda, a necessidade de esses grupos recorrerem ao “colchão” da família nas situações de desemprego e em que o emprego provê baixas remunerações.

São descritos também os impactos sobre a saúde dos trabalhadores, além das reações psicopatológicas a que aludimos antes com Dejours, Nardi (2006) cita o aumento da violência no trabalho, a elevação do stress e o surgimento da síndrome de *burn-out*. O sofrimento pode chegar a níveis extremos, levando a quadros dramáticos como o do *Karoshi*, no Japão, que é a morte por excesso de trabalho, causado por acidente vascular cerebral precoce ou infarto do miocárdio.

CONSIDERAÇÕES

No passado, vivíamos certa estabilidade, preconizada pelas garantias trabalhistas, e a vigência da organização taylorista-fordista do trabalho, que bem mais que definir modos de gestão da produção, definia modos de subjetivação baseados na racionalização. O caso das telefonistas e seus estereótipos apresentado por Dejours (1992) é emblemático dessa contaminação do tempo fora do trabalho, que nada mais é que a expressão de uma produção subjetiva que se desenrolava (também) em torno do trabalho.

O relato dos professores substitutos quanto ao reflexo da sua forma precária de inserção laboral, no que se refere ao caráter temporário de seus contratos e à

intensificação do trabalho, por exemplo, constitui evidência da atual realidade laboral. As novas modalidades de trabalho e as novas formas de gestão produtiva tomam seus contornos a partir do imperativo da flexibilidade, compondo novos dispositivos de configuração das construções de subjetividades. A compreensão do que pode resultar dessas transformações não é ainda um dado plenamente configurado, o desafio da Psicologia Social consiste em aproximar-se dessa realidade, buscando os efeitos da emergência de novas formas de produção subjetiva pautadas pelo trabalho.

REFERÊNCIAS

AQUINO, C. A. B. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde à Psicologia Social. In *O público e o privado*. nº 11, Jan/Jun, 2008. P. 169-178.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

BILBAO, A. *El empleo precario: seguridad de la economía e inseguridad del trabajo*. Madrid: Los libros de la catarata, 1999

CASTEL, R. *Las metamorfosis de la cuestión social: la crónica del salariado*. Barcelona: Piadós, 1997.

.DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GARRIDO, A. L. El trabajo: presente y futuro. En *Sociopsicología del trabajo*. Madrid: Editorial UOC, 2006.

NARDI, H. C. *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

.....